



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
E INFRAESTRUTURA

CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

**ATA DA 101ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE
AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA**

1 Aos quinze dias do mês de julho de dois mil e vinte, realizou-se a 101ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica
2 Permanente de Agropecuária e Agroindústria, do Conselho Estadual de Meio Ambiente, através de
3 videoconferência, com início às 09h30min, e com a presença dos seguintes representantes: Sr. Arthur Baptista
4 dos Santos, representante do Corpo Técnico da FEPAM; Sra. Marion Luiza Heinrich, representante da
5 FAMURS; Sr. Marcelo Camardelli, representante da FARSUL; Sr. Cristiano Horbach Prass, representante da
6 FEPAM; Sr. Guilherme Velten Junior, representante da FETAG; Sr. Tiago José Pereira Junior, representante da
7 FIERGS; Sr. Altair Hommerding, representante da SEADPR; Sr. Adriano Santos, representante da SSP; Sr.
8 Bruno Peres, representante SEPLAG; Sra. Cristina Grabher, representante da Sema. Participou também: Sr.
9 Frederico Severo Salomoni Seganfredo/ Corpo Técnico da FEPAM; Sra. Paula Paiva Hofmeister/FARSUL; Sra.
10 Giovana Rossato Santi/FEPAM; Sra. Claudia Sadovski/FIERGS; Sra. Renata Bertolini/MAPA; Sra. Maria Inês
11 Mollmann/Rede Gaúcha de Aquicultura; Sr. Sergio Zimmer Mann/Rede Gaúcha de Aquicultura; Sr. Tafarel
12 Zá/Rede Gaúcha de Aquicultura; Sra. Maria Elizabete Haase Hollmann/Rede Gaúcha de Aquicultura.
13 Constatando a existência de quórum, o Sr. Presidente, deu início a reunião às 09h36min. Sr. Marcelo
14 Camardelli/FARSUL-Presidente: Explica que o horário da reunião foi alterado das 14h para às 9h30min por
15 causa de uma colisão de horários com a reunião das juntas dos Julgamentos que ocorrerá à tarde, onde alguns
16 dos representantes participarão. **Passou-se ao item 1 de pauta: Aprovação das Atas da 26ª Reunião**
17 **Extraordinária e a 100ª Reunião Ordinária da CTP AGROIND:** Sr. Marcelo Camardelli/FARSUL-Presidente:
18 Dispensa a leitura da atas e em seguida as coloca em apreciação. **APROVADO POR UNANIMIDADE.**
19 Manifestaram-se com contribuições, questionamentos e esclarecimentos, os seguintes representantes: Marion
20 Luiza Heinrich/FAMURS. **Passou-se ao item 2 de pauta: Minuta de Aquicultura - conforme anexo:** Marcelo
21 Camardelli/FARSUL-Presidente: Explica que a reunião tem como caráter retomar as propostas que, por
22 quaisquer motivos ficaram pendentes de decisão, servindo como pautas para as próximas reuniões. Cristiano
23 Horbach Prass/FEPAM: Informa que um dos arquivos da minuta da Resolução do CONSEMA, que se tratava
24 de tanque/rede, onde o artigo estava propondo “que o assunto fosse deixado para outro momento, pois o
25 Estado carece de respostas sobre o mesmo”, até hoje não se tem uma resposta. Outra questão foi à proposta
26 de lei que chegou ao início do ano a Sema/FEPAM, um pedido de parecer da área técnica sobre qual seria o
27 entendimento da viabilidade da minuta de legislação. A primeira proposta foi para que a parte de licenciamento
28 fosse via Resolução do CONSEMA e não via lei, incluindo a questão de tanque/rede. Informa que Santa
29 Catarina possui uma lei nº 15.736/2012, onde se encontra um regramento para tanque/rede, além da parte
30 técnica do licenciamento, podendo ser utilizado como material de referência nas futuras reuniões. Sugere a
31 criação de um capítulo próprio para tratar do assunto tanque/rede, devido a sua complexidade. Renata
32 Bertolini/MAPA: Informa que o quanto se pode produzir em um corpo hídrico público é definido pelo
33 departamento hídrico do Estado. Sugere que se use como exemplo outras Legislações, como a do Paraná, que
34 estão sendo bem sucedidas na parte de regulamentação. Cristiano Horbach Prass/FEPAM: Sugere que se faça
35 uma pesquisa para determinar, as espécies que serão criadas, pelas exigências do mercado. Tiago José
36 Pereira Neto/FIERGS: Sugere que se faça um levantamento do que seria a competência do CONSEMA no
37 assunto, além de estudar os pontos que precisam ser alterados na minuta de Resolução. Tafarel Zá/Rede
38 Gaúcha de Aquicultura: Sugere que sejam criados CODRAMs ou incluídos os assuntos sobre os sistemas,
39 como os que não geram de efluentes, os que reaproveitam efluentes, os que reutilizam a água para irrigação.
40 Além da questão do baixo risco como tanques escavados e açudes construídos em área seca, que já possuem
41 projetos licenciados. Marcelo Camardelli/FARSUL-Presidente: Sugere que todos conheçam as Resoluções,

42 além da formular e enviar, com antecedência, propostas referentes ao assunto. Informa que outras entidades
43 participantes que possuem propostas tem que envia-las por meio de entidades participantes da Câmara
44 Técnica. **APROVADA POR UNANIMIDADE.** Manifestaram-se com contribuições, questionamentos e
45 esclarecimentos, os seguintes representantes: Marcelo Camardelli/FARSUL; Maria Inês Mollmann/Rede
46 Gaúcha de Aquicultura; Sergio Zimmer Mann/Rede Gaúcha de Aquicultura; Tafarel Zá/Rede Gaúcha de
47 Aquicultura; Maria Elizabete Haase Hollmann/Rede Gaúcha de Aquicultura; Cristiano Horbach Prass/FEPAM;
48 Cristina Grabher/Sema; Renata Bertolini/MAPA; Marion Luiza Heinrich/FAMURS; Altair Hommerding/SEADPR.
49 **Passou-se ao item 3 de pauta: Eleição Presidência CTP AGROIND:** Marcelo Camardelli/FARSUL-
50 Presidente: Coloca em apreciação a recondução da entidade FARSUL para a presidência da Câmara.
51 **APROVADA POR UNANIMIDADE.** Manifestaram-se com contribuições, questionamentos e esclarecimentos,
52 os seguintes representantes: Guilherme Velten Junior/FETAG; Tiago José Pereira Junior/FIERGS; Marion Luiza
53 Heinrich/FAMURS; Cristiano Horbach Prass/FEPAM; Altair Hommerding/SEADPR; Renata Bertolini/MAPA.
54 **Passou-se ao item 4 de pauta: Assuntos gerais:** Marcelo Camardelli/FARSUL-Presidente: Pede uma
55 atualização do andamento do Grupo de Trabalho referente ao zoneamento ambiental da silvicultura. Cristiano
56 Horbach Prass/FEPAM: Informa que ainda não foi realizada outra reunião do GT, por causa da disponibilidade
57 dos dados originais que estão na FEPAM, que são necessários para a análise e construção do material que
58 será tema na próxima reunião. Informa também que haverá uma reunião interna na FEPAM com as partes que
59 lidam com biodiversidade ou recursos hídricos, para tratar dos pormenores dos dados. Frederico Severo
60 Salamoni Seganfredo/ Corpo Técnico da FEPAM: Sugere que quando a pauta já estiver definida, apareça no
61 site na parte que se refere a “Convocação e Pauta” da CTP de AGROIND. Altair Hommerding/SEADPR: Pede
62 que quando for convocada a primeira reunião do GT, enviem um e-mail para si, para que possa ser definido
63 quem irá representar a secretaria na reunião. Marion Luiza Heinrich/FAMURS: Propõe que se reanálise o
64 calendário da CTP AGROIND, tendo em vista que as reuniões das juntas dos julgamentos, do qual mais entes
65 participam, coincidem com as reuniões da Câmara Técnica. Marcelo Camardelli/FARSUL-Presidente: Informa
66 que as reuniões da Junta Superior de Julgamento de Recursos, se realizam todas as quartas-feiras a tarde,
67 entrando em conflito com as reuniões da CTP de AGROIND, que são realizadas na terceira quarta-feira de
68 cada mês. Questiona aos demais participantes se o horário das reuniões da Câmara Técnica deve mudar
69 permanentemente para a parte da manhã, ou deve-se buscar outro dia à tarde para a realização das reuniões,
70 ou ainda pedir a Junta dos Julgamentos para que alterem seus horários. Cristiano Horbach Prass/FEPAM:
71 Informa que por parte da FEPAM não há problema em as reuniões serem transferidas para a parte da manhã,
72 justamente por serem realizadas por videoconferência, no entanto, quando retornar as reuniões presenciais,
73 poderá ser necessária uma reanálise do calendário, pois alguns entes podem não conseguir vir a participar das
74 reuniões neste horário. Cristina Grabher/SEMA: Concorde com a mudança de horário, e pede que se enviem
75 menos e-mails de convocação. Sugere que no próprio e-mail de convocação já se envie o link para a reunião,
76 ou que se envie o link no dia que antecede a reunião. Marcelo Camardelli/FARSUL-Presidente: Informa que o
77 horário das Reuniões enquanto forem feitas por videoconferência, e após consulta com todas as partes,
78 passará para as 9h30min na terceira quarta-feira do mês. Manifestaram-se com contribuições,
79 questionamentos e esclarecimentos, os seguintes representantes: Tiago José Pereira Junior/FIERGS; Marion
80 Luiza Heinrich/FAMURS. Não havendo nada mais para ser tratado encerrou-se a reunião às 11h29min.



Resolução CONSEMA nº XXX /2019

Define as diretrizes e os procedimentos para licenciamento ambiental da aquicultura no Estado do Rio Grande do Sul.

O CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA, no uso de suas atribuições, que lhe conferem a Lei nº 10.330, de 27 de dezembro de 1.994, e a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011 e,

Considerando que a atividade de aquicultura, um dos diversos ramos de produção animal da Zootecnia, tem características distintas da atividade de pesca.

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 6.938/1981 e a Resolução CONAMA nº 237/1997 determinam que a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental;

CONSIDERANDO o disposto no art. 12 da Resolução CONAMA nº 237/1997, quanto à competência do órgão ambiental para estabelecer procedimentos específicos acerca das licenças ambientais, observadas a natureza, características e peculiaridades da atividade ou empreendimento e, ainda, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implementação e operação dos empreendimentos.

CAPÍTULO I **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º. É objeto desta Resolução o estabelecimento das diretrizes e procedimentos para obtenção do licenciamento ambiental, estadual ou municipal, dos empreendimentos de



aquicultura.

Parágrafo Único. Os empreendimentos de aquicultura, para fins de licenciamento ambiental, serão classificados da seguinte forma:

- a) Unidades de produção de alevinos somente espécies nativas em sistema intensivo;
- b) Unidades de produção de alevinos espécies exóticas em sistema intensivo;
- c) Piscicultura de espécies nativas para engorda em sistema intensivo;
- d) Piscicultura de espécies exóticas para engorda em sistema intensivo;
- e) Piscicultura de espécies nativas em sistema semi-intensivo;
- f) Piscicultura de espécies exóticas em sistema semi-intensivo;
- g) Piscicultura de espécies nativas em sistema extensivo;
- h) Piscicultura de espécies exóticas em sistema extensivo;
- i) Ranicultura;
- j) Carcinicultura (crustáceos);
- k) Malacocultura (moluscos) e outros;

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º. Para efeitos desta resolução, são adotadas as seguintes definições:

I. Açude: qualquer estrutura artificial de terra, alvenaria, concreto simples ou armado, com ou sem escavação, para acumulação de águas pluviais diretamente incidentes na respectiva bacia de contribuição ou as oriundas de cursos d'água de característica efêmera ou desvio de parte da vazão de curso d'água, devendo ser constituído de mínimo maciço e vertedouro;

II. Algicultura: atividade de cultivo de algas em ambientes naturais e/ou artificiais com finalidade econômica, social ou científica;

III. Aquacultura ou Aquicultura: cultivo ou criação de organismos aquáticos, cujo ciclo de vida, em condições naturais, ocorre total ou parcialmente em meio aquático, incluindo peixes, crustáceos, anfíbios, moluscos, quelônios, répteis e plantas aquícolas, mediante a



intervenção do homem no processo de cultivo e criação, com vistas a aumentar a produção em operações como reprodução, estocagem, manejo alimentação e outros;

IV. Aquicultura Científica: cultivo ou criação experimental de organismos aquáticos, quando praticada por pessoa física ou jurídica, pública ou privada, com projeto específico e finalidade de produção de conhecimento técnico científico.

V. Aquicultura de subsistência: atividade desenvolvida cultivo ou criação de organismos aquáticos, cujo ciclo de vida, em condições naturais, ocorre total ou parcialmente em meio aquático, mediante a intervenção do homem no processo de cultivo e criação, com vistas a suprir suas necessidades básicas;

VI. Área Alagada: somatório das áreas alagadas pelo represamento das águas utilizado estritamente para a criação de espécies aquícolas, desconsideradas as áreas dos canais de abastecimento e drenagem, áreas de sedimentação, de depuração, de armazenamento, e outras áreas alagadas não utilizadas na criação, mensurada de acordo com a lâmina de água correspondente à cota máxima do sistema de manutenção de nível.

VII. Barragem: qualquer estrutura artificial de terra, alvenaria, concreto simples ou armado, localizada em um curso d'água superficial permanente ou intermitente, excluídos aqueles de características efêmeras, para fins de contenção ou acumulação de água, devendo ser constituído de mínimo maciço e vertedouro, podendo sua área alagada atingir Área de Preservação Permanente (APP);

VIII. Carcinicultura: atividade de cultivo ou criação de crustáceos em ambientes naturais e/ou artificiais com finalidade econômica, social ou científica;

IX. Cava de mineração finalizada: depressão resultante da lavra de bens minerais, que se consolida quando finalizada a atividade de mineração;

X. Espécie alóctone: espécie de origem e ocorrência natural em águas de UGR que não a considerada;

XI. Espécie autóctone: espécie de origem e ocorrência natural em águas da UGR considerada;

XII. Espécie Autotrófica: organismo aquático que é capaz de produzir seu próprio alimento, geralmente por meio de fotossíntese;

XIII. Espécie exótica: espécie de origem e ocorrência natural somente em águas de outros países, quer tenha ou não já sido introduzida em águas brasileiras;



XIV. Espécie nativa: espécie de origem e ocorrência natural nas águas brasileiras;

XV. Licença Única (LU): licença concedida através de uma única etapa de licenciamento para empreendimentos de aquicultura, constituída de planejamento e autorizando a implantação e operação da atividade;

XI. Malacocultura: atividade de cultivo ou criação de moluscos em ambientes naturais e/ou artificiais com finalidade econômica, social ou científica;

XII. Pesque e Pague: empreendimento aquícola, com o uso de viveiro escavado, tanques ou açudes, para a manutenção de estoques de peixes para pesca amadora e/ou esportiva;

XIII. Piscicultura: atividade de cultivo ou criação de peixes em ambientes naturais e/ou artificiais com finalidade econômica, social ou científica;

XIX. Plano de Desativação da Atividade: conjunto de procedimentos proposto no processo de Encerramento da Atividade e aprovado pelo órgão ambiental competente, detalhando as ações que serão realizadas para encerrar as atividades na área do empreendimento;

XX. Ranicultura: atividade de cultivo ou criação de anuros em ambientes naturais e artificiais com finalidade econômica, social ou científica;

XXI. Sistema de Cultivo Extensivo: sistema de produção em que os organismos aquáticos dependem exclusivamente de alimento natural disponível, tendo como característica a baixa densidade de produção, variando de acordo com a espécie utilizada;

XXII. Sistema de Cultivo Intensivo: sistema de produção em que os organismos aquáticos dependem principalmente da oferta de alimento artificial, tendo como uma de suas características a alta densidade de produção, variando de acordo com a espécie utilizada;

XXIII. Sistema de Cultivo Semi-intensivo: sistema de produção em que os organismos aquáticos dependem de alimento artificial/natural, e tendo como característica a média densidade de produção, variando de acordo com a espécie utilizada;

XXIV. Tanque: estrutura de contenção de água, podendo ser de alvenaria, concreto ou outros materiais, que tenham por finalidade conter os animais sob cultivo no seu interior;



XXV. Tanque-Rede ou Gaiola: estrutura de rede, fixada em armação com elementos flutuadores e com apoitamento ou fundeamento, instalados em meio aquático, que tenham por finalidade conter os animais sob cultivo;

XXVI. Viveiro: qualquer estrutura artificial de terra, alvenaria, concreto simples ou armado, geomembrana, ou combinação das mesmas, para fins de contenção ou acumulação de água, para a atividade de aquicultura;

CAPÍTULO III

DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS EMPREENDIMENTOS DE AQUICULTURA

Art. 3º. Os empreendimentos de porte mínimo e pequeno serão licenciados mediante Licença Única (LU), reunindo em um único procedimento ~~simplificado~~ todas as demandas necessárias para expedição da licença ambiental pelo órgão competente.

§1º. Os empreendimentos a que se refere o caput serão licenciados mediante apresentação de informações e documentos indicados na coluna “LU” do Anexo II desta Resolução.

§2º. Não se aplica a Licença Única (LU) aos empreendimentos de ranicultura, carcinicultura e malacocultura.

Art. 4º. O licenciamento ambiental de novos empreendimentos de aquicultura, classificados como portes mínimo e pequeno, deverão atender os seguintes procedimentos:

- I** - Cadastro SIOUT;
- II** - Reserva de disponibilidade hídrica ou sua dispensa;
- III** - Licença de Única do empreendimento.
- IV** - Autorização para construção/reforma;
- V** - Portaria de outorga ou sua dispensa (DRHS);
- VI** - Alvará da Obra ou dispensa (DRHS);



Art. 5º. Os empreendimentos de porte médio, grande e excepcional serão licenciados mediante Licença Prévia - LP, Licença de Instalação - LI e Licença de Operação - LO.

Parágrafo Único. Os empreendimentos a que se refere o caput serão licenciados mediante apresentação de informações e documentos indicados na coluna “LP, LI e LO” do Anexo II desta Resolução.

Art. 6º. O licenciamento ambiental de novos empreendimentos de aquicultura, classificados como portes médio, grande e excepcional, deverão atender os seguintes procedimentos:

- I - Cadastro SIOUT;
- II - Reserva de disponibilidade hídrica ou sua dispensa;
- III - Licença Prévia do empreendimento;
- IV - Autorização para construção/reforma;
- V - Portaria de outorga ou sua dispensa (DRHS);
- VI - Licença de Instalação do empreendimento;
- VII - Alvará da Obra ou dispensa (DRHS);
- VIII - Licença de Operação do empreendimento.

Parágrafo Único. Quando enquadrados para licenciamento ambiental junto ao órgão estadual, os procedimentos necessários a todas as etapas descritas nos incisos de I a IV do caput e devem compor fluxo único de processo.

Art. 7º. A atividade de piscicultura de espécies nativas em sistema extensivo, em reservatórios com área alagada de até 2 (dois) hectares é considerada não incidente de licenciamento ambiental.

Parágrafo Único. A não incidência de licenciamento ambiental que se refere o caput não dispensa da necessidade de atendimento de outras autorizações e licenças exigidas pela legislação vigente, inclusive as licenças ambientais de manejo de vegetação nativa e a



Outorga do Direito de Uso da Água ou sua dispensa.

Art. 8º. No caso de empreendimentos que envolvam barramento de curso hídrico natural, o órgão ambiental competente no âmbito do licenciamento ambiental deverá determinar a constituição, pelo empreendedor, de Áreas de Preservação Permanente que sejam, no mínimo, equivalentes às áreas de vegetação nativa suprimidas, devendo estas se localizarem no entorno das barragens licenciadas, ressalvados os casos excepcionais justificados pelo órgão ambiental.

§ 1º. As barragens com bacia de acumulação de até 1 ha (um hectare) estão dispensadas do estabelecimento de faixa de preservação permanente como dispõe o §4º do art. 4º da Lei Federal nº 12.651/2012.

§ 2º. Nas barragens com bacia de acumulação superior a 1 ha (um hectare) até 2 ha (dois hectares) deverá ser constituída Área de Preservação Permanente correspondente à faixa definida para o mesmo trecho do curso d'água existente antes da obra pelas regras gerais ou transitórias da Lei Federal nº 12.651/2012, conforme o caso.

§ 3º. Nas barragens com bacia de acumulação superior a 2 ha (dois hectares) até 10 ha (dez hectares) deverá ser constituída Área de Preservação Permanente correspondente 2 (duas) vezes à faixa definida para o mesmo trecho do curso d'água existente antes da obra pelas regras gerais ou transitórias da Lei Federal nº 12.651/2012, conforme o caso, limitado à faixa definida pelo artigo 4º da já referida Lei Federal.

§ 4º. Nas barragens com bacia de acumulação superior a 10 ha (dez hectares) até 50ha (cinquenta hectares) deverá ser constituída Área de Preservação Permanente correspondente à faixa definida pelo artigo 4º da Lei Federal 12.651/2012 para o trecho do curso d'água existente antes da obra.

§ 5º. Nas barragens com bacia de acumulação superior a 50ha (cinquenta hectares) deverá ser constituída Área de Preservação Permanente conforme definida pelo



licenciamento ambiental.

CAPÍTULO IV

DA REGULARIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DE AQUICULTURA

Art. 9º. Os empreendimentos de aquicultura de porte mínimo e pequeno que não possuem licenciamento ambiental deverão buscar sua regularização junto ao órgão licenciador, através da apresentação de informações e documentos indicados na coluna “LU Reg” do Anexo II desta resolução, atendendo os seguintes procedimentos.

- I** - Cadastro SIOUT;
- II** - Licença de Única de Regularização;
- III** - Portaria de outorga ou sua dispensa (DRHS);
- IV** - Alvará da Obra ou dispensa (DRHS);

Art. 10. Os empreendimentos de aquicultura de porte médio, grande ou excepcional que não possuem licenciamento ambiental deverão buscar sua regularização junto ao órgão licenciador, através da apresentação dos documentos indicados na coluna “LO Reg” do anexo II, conforme seu enquadramento.

- I** - Cadastro SIOUT;
- II** - Licença de Operação - Regularização
- III** - Portaria de outorga ou sua dispensa (DRHS);
- IV** - Alvará da Obra ou dispensa (DRHS);

CAPÍTULO V

DOS PROCEDIMENTOS PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA

Art. 11. Serão passíveis de ampliação e reforma os empreendimentos de aquicultura com licença ambiental em vigor, as quais deverão obedecer aos procedimentos definidos para o porte final do mesmo.



I - Para os empreendimentos de **Porte Mínimo ou Pequeno** o processo de ampliação do empreendimento ocorrerá através de procedimento denominado Licença Única de Ampliação (LUA), atendendo a documentação prevista na coluna LUA dos respectivos portes finais, constantes do Anexo II;

II - Para os empreendimentos de Porte Médio, Grande ou Excepcional o processo de ampliação do empreendimento ocorrerá através de procedimento denominado Licença de Operação e Ampliação (LOA), atendendo a documentação prevista na coluna LOA dos respectivos portes finais, constantes do Anexo II;

Parágrafo único: Os documentos necessários para abertura do processo administrativo para ampliação do empreendimento serão os mesmos requeridos para a abertura de processo administrativo referente ao respectivo porte final do empreendimento devendo as informações se referirem especificamente a área de ampliação/reforma.

CAPÍTULO VI

DA RENOVAÇÃO DA LICENÇA DO EMPREENDIMENTO

Art. 12. A renovação das licenças de operação se dará pela apresentação dos documentos constantes do anexo II, coluna “LO/LU Ren” e, caso existente, dos documentos que componham as condicionantes da licença em vigor.

CAPÍTULO VII

DA CONSERVAÇÃO, FUNCIONAMENTO E BAIXA DAS OBRAS

Art. 13. No encerramento das atividades de aquicultura deverá ser apresentado ao órgão ambiental um Plano de Desativação e Recuperação, com cronograma de execução, devendo conter no mínimo sistema de controle de erosão e de drenagem definitiva das áreas alagadas que não permanecerão em uso.



CAPÍTULO VIII SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA

Art. 14. Havendo necessidade da supressão de vegetação nativa para a implantação de empreendimento de aquicultura, esta deverá ser requerida no momento da solicitação da licença ambiental.

Parágrafo único. Os documentos necessários serão juntados ao processo de licenciamento, cabendo ao órgão ambiental competente a análise do requerimento de supressão de vegetação nativa, que, caso deferida, será autorizado na licença ambiental da aquicultura.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. É permitida a aquicultura em cavas de mineração finalizadas somente após a emissão do Termo de Encerramento ou documento que comprove a conclusão do Projeto de Recuperação de Área Degradada (PRAD).

Art.16. A aquicultura científica será enquadrada conforme atividades e portes descritos no Anexo II, exceto aquelas desenvolvidas por instituições de ensino já licenciadas.

Art. 17. A atividade de pesque pague será enquadrada conforme atividades e portes descritos no Anexo II Remissão aos artigos 6º Adequação de artigos. FIERGS

Art. 18. A atividade de aquicultura em tanque-rede desenvolvida em águas públicas terá suas diretrizes e procedimentos definidos em resolução específica.

Art. 19. Poderão ser criadas ações ou programas decorrentes de políticas públicas para a promoção da atividade de aquicultura, desde que observadas as competências para licenciamento ambiental dos entes integrantes do SISNAMA.



Art. 20. Revoga-se o CODRAM nº 119,11 UNIDADES DE PRODUÇÃO DE ALEVINOS (SISTEMA INTENSIVO) do Anexo I da Resolução CONSEMA 372/2018.

Atividades correlatas sistemas de criação conjuntos nativos e exóticos.

Art. 3o. O empreendimento que abranja mais de uma atividade correlata será objeto de um único licenciamento, no órgão competente pela atividade de maior potencial poluidor, à exceção das atividades em empreendimentos que não sejam da mesma pessoa física ou jurídica. Redação dada pela Resolução 377/2018)

Art. 21. Esta resolução entrará em vigor no prazo de 60 dias.

ANEXO I

CODRAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA PORTE	POTENCIAL POLUIDOR	NÃO INCIDÊNCIA	PORTE MÍNIMO	PORTE PEQUENO	PORTE MÉDIO	PORTE GRANDE	PORTE EXCEPCIONAL
	PISCICULTURA								
	PISCICULTURA SISTEMA INTENSIVO PRODUÇÃO DE ALEVINOS								
119,12	UNIDADES DE PRODUÇÃO DE ALEVINOS - SOMENTE ESPECIES NATIVAS - SISTEMA INTENSIVO	Área alagada (ha)	baixo		até 2,00	de 2,01 a 5,00	de 5,01 a 10,00	de 10,01 a 50,00	Demais
119,13	UNIDADES DE PRODUÇÃO DE ALEVINOS - ESPECIES EXOTICAS (SISTEMA INTENSIVO)	Área alagada (ha)	médio		até 2,00	de 2,01 a 5,00	de 5,01 a 10,00	de 10,01 a 50,00	Demais
	PISCICULTURA SISTEMA INTENSIVO PARA ENGORDA								
119,21	PISCICULTURA DE ESPECIES NATIVAS PARA ENGORDA (SISTEMA INTENSIVO)	Área alagada (ha)	baixo		até 2,00	de 2,01 a 5,00	de 5,01 a 10,00	de 10,01 a 50,00	Demais
119,22	PISCICULTURA DE ESPECIES EXOTICAS PARA ENGORDA (SISTEMA INTENSIVO)	Área alagada (ha)	médio		até 2,00	de 2,01 a 5,00	de 5,01 a 10,00	de 10,01 a 50,00	Demais
	PISCICULTURA SISTEMA SEMI-INTENSIVO								
119,31	PISCICULTURA DE ESPECIES NATIVAS (SISTEMA SEMI-INTENSIVO)	Área alagada (ha)	baixo		até 5,00	de 5,01 a 10,00	de 10,01 a 20,00	de 20,01 a 100,00	Demais
119,32	PISCICULTURA DE ESPECIES EXOTICAS (SISTEMA SEMI-INTENSIVO)	Área alagada (ha)	médio		até 5,00	de 5,01 a 10,00	de 10,01 a 20,00	de 20,01 a 100,00	Demais
	PISCICULTURA SISTEMA EXTENSIVO								
119,41	PISCICULTURA DE ESPECIES NATIVAS (SISTEMA EXTENSIVO)	Área alagada (ha)	baixo	até 2	De 2,01 até 10,00	de 10,01 a 25,00	de 25,01 a 50,00	de 50,01 a 200,00	demais
119,42	PISCICULTURA DE ESPECIES EXOTICAS (SISTEMA EXTENSIVO)	Área alagada (ha)	médio		até 10,00	de 10,01 a 25,00	de 25,01 a 100,00	de 100,01 a 200,00	demais



120,00	RANICULTURA	Área útil (m²)	alto		até 1000,00	de 1000,01 a 3000,00	de 3000,01 a 5000,00	de 5000,01 a 10000,00	demais
121,00	CARCINOCULTURA (CRUSTACEOS)	Área alagada (ha)	médio		até 1,00	de 1,01 a 10,00	de 10,01 a 50,00	de 50,01 a 100,00	demais
122,00	MALACOCULTURA (MOLUSCOS) E OUTROS	Área alagada (ha)	médio		até 1,00	de 1,01 a 2,50	de 2,51 a 5,00	de 5,01 a 10,00	demais

ANEXO II

DOCUMENTAÇÃO PARA LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS DE AQUICULTURA DOS SEGUINTE RAMOS / PORTES:

	Portes mínimo e pequeno		Portes médio, grande e excepcional			Todos os portes	
	LU / LU Reg	LUA	LP	LI	LO	LO Reg LOA	LO / LU Ren
Identificação do Empreendimento Requerimento solicitando o licenciamento ambiental à atividade, que inclua o número de inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural – CAR.	X	X	X			X	
Matrícula do Registro de Imóvel ou Comprovante de propriedade Cópia da(s) Matrícula(s) atualizadas da propriedade emitida pelo Registro de Imóveis ou comprovante de propriedade, posse ou cessão de uso da área (arrendamento, contrato de parceria agrícola, contrato de comodato, etc) do empreendimento, conforme o caso, e incluindo a autorização de uso da área para o empreendimento em questão.	X	X	X			X	
Certidão da Prefeitura Municipal Se o empreendimento estiver localizado em mais de um município, deverá ser apresentada uma Certidão emitida por cada um dos municípios. Certidão vigente, emitida pelo Poder Público Municipal onde conste a	X		X			X	X



atividade proposta, o endereço completo, enquadrando a área selecionada para o mesmo, frente ao disposto no Plano Diretor, Diretrizes Urbanas, Lei Orgânica do Município ou outros dispositivos municipais, indicando os usos permitidos para a área objeto deste licenciamento, especificando a existência ou não de restrições ao uso da mesma para a atividade proposta (mesmo quando em zona rural), a ser discriminado no referido documento, frente à legislação municipal vigente.							
Planta de situação Em escala adequada, situando o terreno em questão dentro do município, contendo: 1. Localização do terreno (com dimensões e perímetro do mesmo); 2. Orientação magnética; 3. Demarcação da direção predominante dos ventos; 4. Sistema viário no raio de 1.000 metros; 5. Rede hidrográfica (rios, riachos, sangas, lagos, açudes, nascentes, olhos d'água, etc.) em um raio de 1.000 metros, indicando a direção do fluxo preferencial das águas superficiais; 6. Vizinhança no raio de 1.000 metros, indicando os usos residencial, industrial, escolar, hospitalar, etc., identificando os pontos de referência de amplo conhecimento público; 7. Linhas de transmissão de alta tensão.			X			X	
Croqui do empreendimento Em escala adequada, situando o terreno em questão dentro do município, contendo: 1. Localização do terreno (com dimensões e perímetro do mesmo); 2. Localização dos reservatórios (com dimensões e perímetro do mesmo); 3. Orientação magnética; 4) Rede hidrográfica (rios, riachos, sangas, lagos, açudes, nascentes, olhos d'água, etc.) em um raio de 500 metros, indicando a direção do fluxo preferencial das águas superficiais; 5. Coordenadas geográficas (graus decimais – Datum SIRGAS 2000) assinada pelo empreendedor	X	X					
Planta do empreendimento Planta com coordenadas geográficas (graus decimais – Datum SIRGAS 2000) assinada pelo técnico responsável e pelo empreendedor, em 1:5.000, com legenda, indicando: o uso do solo com ênfase nos recursos hídricos, pontos de captação de água, malha de canais, viveiros ou reservatórios, pontos de esgotamento, estradas, benfeitorias e as poligonais da propriedade (conforme CAR), das Áreas de Preservação Permanente acompanhada de arquivo digital formato shapefile (com no mínimo as seguintes as extensões *.dbf, *.prj, *.shp e *.shx) ou formato .kml ou formato .kmz, conforme padrão de uso do órgão licenciador. *Planta do empreendimento só será apresentada na etapa de Licença de Instalação - LI se houve alteração em relação à etapa de Licença Prévia – LP.			X		X*	X	
Autorização para Supressão de Vegetação Nativa, quando couber.	X	X	X				
Cadastro SIOUT Documento de Reserva de Disponibilidade Hídrica, expedido pelo Departamento de Recursos Hídricos da SEMA, no caso de necessidade de captação de água superficial, quando couber.	X	X	X				
Estudo Ambiental Simplificado	X	X					



As informações mínimas exigidas nos estudos ambientais para obtenção da licença única de empreendimentos de aquicultura são a seguir apresentadas:

1. Identificação do(s) empreendedor (es);
2. Descrição simplificada do local do empreendimento: Incluir informações sobre o relevo do local, vegetação predominante e uso atual do solo;
3. Descrição da infraestrutura associada: vias de acesso, construções de apoio, depósitos de armazenamento de insumos e da produção;
4. Características técnicas do empreendimento e do manejo produtivo proposto: Descrever o manejo produtivo previsto/realizado, incluindo informações sobre a distribuição e número de estruturas de criação, os métodos de controle da disseminação dos espécimes criados (no caso de espécies exóticas), alimentação/arraçoamento, processo produtivo adotado, despesca, destino dos efluentes;
5. Memorial fotográfico com, pelo menos, quatro fotografias atuais do local do empreendimento que permitam uma visão ampla das suas condições.

Estudo Ambiental (EA)

As informações mínimas exigidas nos estudos ambientais para o licenciamento ambiental ordinário de empreendimentos de aquicultura são a seguir apresentadas:

1. Identificação do(s) empreendedor(es) e do(s) responsável(eis) técnico(s) do empreendimento (projeto, implantação e operação), com suas respectivas ARTs, conforme cada caso.
2. Descrição simplificada do local do empreendimento: Incluir informações sobre a topografia do local, vegetação predominante, tipos de solos, uso atual do solo.
3. Descrição da infraestrutura associada a ser utilizada pelos produtores: vias de acesso, construções de apoio, depósitos de armazenamento de insumos e da produção, entre outros.
4. Características técnicas do empreendimento e do manejo produtivo proposto: Descrever e justificar todo manejo produtivo previsto/realizado, incluindo informações sobre a distribuição e número de estruturas de criação, os métodos de controle da disseminação dos espécimes criados (no caso de espécies exóticas), alimentação/arraçoamento, processo produtivo adotado, despesca, destino dos efluentes, entre outros.

5. Diagnóstico Ambiental considerando:

- 5.1. Meio socioeconômico: descrição do uso e ocupação atual da área proposta e do entorno, bem como possíveis conflitos de uso.
- 5.2. Meio físico: descrever a topografia, variáveis físico-químicas de solo e água, pH, temperatura, transparência da água, OD, DBO, fósforo total, compostos nitrogenados, coliformes termotolerantes, entre outros;
- 5.3. Meio biótico: Caracterizar a fauna aquática e terrestre local e do entorno, apresentando relação de espécies (nome comum e nome científico), listando as espécies raras, endêmicas, ameaçadas; caracterizar a flora, apresentando as formações vegetais ocorrentes, estágios sucessionais, grau de conservação, relação de espécies (nome comum e nome científico), listando as espécies raras, endêmicas, ameaçadas, identificando e descrevendo as possíveis intervenções em APPs, etc;
6. Impactos ambientais: Identificar e descrever os potenciais impactos ambientais nas fases de instalação, operação e desativação do

X

X



<p>empreendimento, dentre outros, e apresentar as medidas mitigadoras e compensatórias correspondentes (com base nos impactos ambientais descritos deverão ser propostas as medidas que venham a minimizá-los, maximizá-los, compensá-los ou eliminá-los, podendo ser consubstanciadas em Programas Ambientais).</p> <p>7. Memorial fotográfico com pelo menos quatro fotografias atuais do local do empreendimento que permitam uma visão ampla das suas condições.</p>						
<p>Programa de Monitoramento Ambiental (PMA) A elaboração e execução do PMA do empreendimento deverão incluir, no mínimo, as orientações a seguir:</p> <p>1. Quanto às Estações de Coleta: Apresentar plano de monitoramento da água e efluentes, indicando os pontos de coleta em plantas georreferenciadas, em escala compatível com o projeto e estabelecendo a periodicidade de amostragem. As estações de coleta deverão contemplar, no mínimo, o ponto de captação d'água (por ponto), o ponto de lançamento do efluente (por ponto), um ponto de coleta à montante do ponto ou dos pontos de lançamento dos efluentes e um ponto de coleta à jusante do ponto ou dos pontos de lançamento dos efluentes.</p> <p>2. Quanto aos Parâmetros Físico, químicos e biológicos da água e efluente: As coletas e análises deverão ser realizadas periodicamente considerando-se, como parâmetros mínimos, as determinações de material em suspensão (mg/l); transparência (Disco de Secchi - m); temperatura (°C); Salinidade (ppt); OD (mg/l); DBO 5, 20°C (mg/l), pH; Amônia-N; Nitrito-N; Nitrito-N (mg/l); Fosfato-P (mg/l) e Silicato-Si, Clorofila "a" e coliformes termotolerantes. OBS: Os dados de monitoramento devem estar disponíveis quando solicitados pelos órgãos competentes e outros parâmetros Físico, químicos e biológicos da água e efluentes podem ser acrescentados ou retirados do plano de monitoramento, a critério do órgão ambiental competente.</p> <p>3. Quanto aos Relatórios Técnicos: Os resultados das análises dos parâmetros Físico-químicos e biológicos da água e efluente, acompanhados da interpretação dos mesmos, deverão ser apresentados bianualmente ao órgão ambiental, descrevendo as principais alterações ambientais, decorrentes do empreendimento, bem como estabelecendo comparativos com as análises anteriores.</p> <p>5. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou equivalente, do(s) responsável(is) técnico(s) pela elaboração do projeto/laudo/estudo/etc. E pela elaboração dos relatórios de acompanhamento. OBS: A ART deverá ser anexada no campo "Anexar Documento Adicional" e identificada com NOME: ART do laudo/projeto/estudo/etc e Descrição: Cópia ART Exemplo: NOME: ART Laudo de Cobertura Vegetal DESCRIÇÃO: Cópia da ART</p>				X	X	
<p>Projetos Técnicos de Empreendimentos de Aquicultura Informações mínimas a serem detalhadas nos Projetos Técnicos de Empreendimentos de Aquicultura:</p> <p><u>1. Descrição das instalações.</u> Plantas baixas, de corte e detalhes, de todas as instalações utilizadas na atividade. Utilizar escalas adequadas à área em análise. Apresentar</p>		X		X*	X	



Memorial Descritivo das instalações informando as dimensões, capacidades, memorial de cálculo, material utilizado, sistema construtivo.

a) Descrição das atividades necessárias para a manutenção das instalações.

2. Memorial Descritivo de Funcionamentos.

O memorial descritivo de funcionamento deverá conter os seguintes itens:

a) Fluxograma da produção de forma esquemática, informando as diferentes etapas do sistema produtivo realizadas ao longo do ano, incluindo informações dos períodos de realização/ocorrências de atividades específicas (como preparo do solo do fundo, aquisição de alevinos, fechamento do ciclo produtivo, despesca, comercialização e outros).

b) Fluxograma detalhado dos processos de operação indicando os pontos de entrada de matéria-prima (água e demais produtos), saída dos resíduos, efluentes e destino final do produto;

c) Informações relativas à captação, adução e distribuição das águas e do sistema de escoamento dos efluentes;

d) Se houver uso de água subterrânea detalhar o tipo de poço, a profundidade, vazão (m^3/s), se contínua ou intermitente, indicando o período diário, o número de poços existentes e utilizados e os equipamentos de bombeamento; Verificar documento de outorga

e) Descrição das etapas de cultivo realizadas, as espécies utilizadas, a finalidade em cada instalação;

f) Descrição da forma como é feito o manejo alimentar das espécies utilizadas na aquicultura e explicar as estratégias adotadas para minimizar as perdas para o ambiente;

g) Caracterizar os insumos utilizados no manejo conforme as informações solicitadas a seguir, e explicar as estratégias adotadas para minimizar as perdas para o ambiente.

- Quantidade e composição da ração: Tipo de ração, Quantidade ofertada (kg/ha), Quantidade de Fósforo - P/P_2O_5 (% e kg/ha), Quantidade de Nitrogênio - N (% e kg/ha);

- Fertilizantes para produção de plâncton: Tipo de corretivo/adubo/fertilizante, Quantidade utilizada (kg/ha), Quantidade de Fósforo - P/P_2O_5 (% e kg/ha), Quantidade de Nitrogênio - N (% e kg/ha), Quantidade de Matéria Orgânica (% e kg/ha).

m) Descrição da sistemática de despesca, abate (se for o caso), indicando a periodicidade e destino final dos resíduos;

h) Descrição das estruturas e os mecanismos de prevenção de escape de indivíduos das espécies criadas para o ambiente natural, em cada instalação, quando couber;

i) Descrição do manejo do material sedimentar dos tanques de criação (lodo), indicando a periodicidade e destino final dos resíduos, quando couber, detalhando o destino e a forma de aplicação;

f) Descrição do tratamento dos efluentes com memorial de cálculo do(s) processo(s) escolhidos;

k) Descrição da forma e periodicidade da desinfecção das instalações e equipamentos, identificando e quantificando os produtos utilizados;

i) Informações sobre as técnicas previstas de controle de patógenos e parasitas, citar as substâncias de valor profilático ou terapêutico utilizadas, como os medicamentos veterinários (antibióticos, anti-inflamatórios, probióticos, hormônios, etc), indicar nomes dos produtos, princípios ativos, situações de aplicação, doses e intervalos



em que são usados; j) Caso ocorra o uso de substâncias hormonais, identificar, quantificar, descrever a forma de uso e periodicidade; k) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou equivalente, do(s) responsável(eis) técnico(s) pela elaboração do projeto/laudo/estudo/etc. *Planta do empreendimento só será apresentada na etapa de Licença de Instalação - LI se houve alteração em relação à etapa de Licença Prévia - LP.							
Registro de Aquicultor Cadastro/Registro de Aquicultor (RGP) emitido pelo órgão competente, quando couber.					X	X	
Autorização DRH/SEMA para obra de armazenamento de água Autorização para construção de qualquer obra de armazenamento de água, conforme legislação vigente, emitida pelo DRH/SEMA, quando couber.	X	X		X			
Alvará de construção DRH/SEMA Alvará de construção de qualquer obra de armazenamento de água, conforme legislação vigente, emitida pelo DRH/SEMA, quando couber.	X	X			X	X	